



MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA
CÂMARA MUNICIPAL

ATA N.º 34/22

FL. N.º 189

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA,
DE 29 DE NOVEMBRO DE 2022

N.º 34/2022 (Quadriénio 2021/2025)

Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois, pelas catorze horas e quarenta e cinco minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu o órgão executivo do Quadriénio 2021-2025, com as seguintes **PRESENÇAS: O Sr. Presidente da Câmara Municipal**, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, que presidiu à reunião, e os **Senhores Vereadores:**-----

- António Alberto Almeida de Matos Gomes (CDS/PP);-----

- Mónica Pinto Seixas (CDS/PP);-----

- José Alexandre Coutinho Bastos de Pinho (CDS/PP);-----

- André Agostinho Martins da Silva (CDS/PP);-----

- Tiago Correia Fernandes (PS);-----

- Frederico da Costa Martins (PPD/PSD).-----

COM A SEGUINTE ORDEM DE TRABALHOS:-----

- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

a) Aprovação da ata da reunião ordinária de 15 de novembro de 2022;-----

b) Assuntos gerais de interesse autárquico.-----

- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**-----

1. Toponímia – Freguesia de Rôge;-----

2. Orçamento, Plano Orçamental Plurianual 2023-2027 e Grandes Opções do Plano;-----

3. Prestação de contas semestral (1.º semestre 2022);-----

4. Mapa de Pessoal 2023;-----

5. Atribuição de apoio ao Agrupamento de Escolas do Búzio;-----

6. Aditamento ao Contrato Interadministrativo de Colaboração celebrado com a AMTSM;-

7. Regulamento da Comissão Municipal de Apoio às Pessoas Idosas e Adultas Dependentes de Vale de Cambra;-----

8. PROCESSOS DE OBRAS PARTICULARES: Listagem de despachos proferidos pelo vereador do pelouro com competências delegadas e subdelegadas, por despacho do senhor Presidente da Câmara Municipal de 21/10/2021 e outros Processos;-----

9. Informações; -----

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

(Em harmonia com o disposto nos n.º 2, do artigo 49.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)

Aprovação, em minuta, das deliberações tomadas na reunião. -----

O SR. PRESIDENTE, JOSÉ ALBERTO FREITAS SOARES PINHEIRO E SILVA, DECLAROU ABERTA A REUNIÃO: -----

Voto aprovado: -----

Voto de pesar pelo falecimento da Sr.ª Ana Augusta Tavares Quental, mãe do trabalhador da Câmara Municipal, Paulo Sérgio Tavares Cubal. -----

A Câmara Municipal aprovou por unanimidade, o voto de pesar devendo deste ser dado conhecimento aos respetivos familiares. -----

- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

a) ATA DA REUNIÃO PÚBLICA ORDINÁRIA DE 15 DE NOVEMBRO DE 2022: -----

A Câmara Municipal deliberou aprovar a ata da reunião ordinária de 15 de novembro de 2022, por unanimidade dos seis membros que participaram na referida reunião. -----

A vereadora Mónica Pinto Seixas, ao abrigo do .º 3, art.º 34.º do CPA, não votou, por não ter estado presente na referida reunião. -----

b) ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO: -----

O Sr. Presidente, referindo-se ao serviço de transportes de passageiros, informou que foi assinado na AMP, o contrato do Lote 5, onde o município de Vale de Cambra está inserido, considerando esse um momento importante para a nossa região, que envolve os



[Handwritten signature]

municípios de Vale de Cambra, Arouca, Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira e São João da Madeira, tendo sido um operador espanhol a ganhar o procedimento cujos procedimentos legais ainda decorrem, prevendo-se que durante o próximo ano seja implementado este novo serviço de transportes. -----

O Sr. Presidente deu a palavra aos vereadores: -----

A vereador **Mónica Seixas** deu nota da experiência tida em Alicante, Espanha, onde esteve no dia 15 de novembro corrente, no âmbito do projeto EMER, projeto financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional que se destina à qualificação de pequenas e microempresas da região Norte. Acrescentou que tanto o nosso município, que representou, como várias associações de desenvolvimento local da região Norte, o Instituto Politécnico de Bragança e o Instituto Empresarial do Tâmega, tomaram conhecimento do que é o projeto Alicante Futura, o qual se baseia num ecossistema muito bem estruturado com destino ao empreendedorismo tecnológico e científico através do uso das potencialidades do território, desde o clima, o turismo, as infraestruturas de mobilidade, bem como o aeroporto e a estação de comboios. Existe assim, a possibilidade de os empreendedores testarem as suas ideias de negócio, com todo um suporte de conhecimento científico e equipamento tecnológico que uma universidade permite. O trabalho desenvolvido por estes na área da robótica é semelhante ao desenvolvido em Vale de Cambra nas AEC, neste novo ano letivo, disse. Considerou a visita muito positiva, não só pelos projetos, mas pelos contactos que se estabeleceram com os parceiros de Espanha e da região Norte de Portugal para se poder dar continuidade ao trabalho que se pretende desenvolver nesta área do empreendedorismo em Vale de Cambra. -----

Distribuiu folhetos informativos e revistas oferecidas a todo o executivo para conhecimento dos projetos desenvolvidos. -----

2022.11.29

Informou ainda, que no passado dia 25 de novembro a Autarquia viu renovado o seu título de Autarquia Solidária na área da ação Social, bem como Município Amigo do Desporto.-----

Referiu-se à programação predefinida para o mês de Dezembro e época Natalícia, destacando o “Holograma”, projeto em parceria com a Casa da Música do Porto e Área Metropolitana do Porto, e o concerto das Comunidades que irá decorrer nos próximos dias 1 e 4, com a participação especial da comunidade de Vale de Cambra, em particular com os Gabinetes de Apoio à Família, Cruz Vermelha Portuguesa de Vale de Cambra, Centro Social e Paroquial de Arões, Centro Social e Paroquial de S. Pedro de Castelões e a Fundação Luiz Bernardo de Almeida, deixando o convite aos presentes.-----

Deu ainda nota da programação de Natal do Vale Mágico, com a retoma da iniciativa do Bosque de Natal, a participação das Associações locais que vão dar animação ao “Bosque” com atividades ligadas à música e teatro, como o Festival de percussão promovido pela APDC, a Feira do Livro com apresentações de livros de autores valecambrenses, e relativamente à implementação do projeto Roteiro de 70 Presépios Comunitários, o qual vai ser integrado no Roteiro digital do Município. Destacou também o Concerto de Natal no dia 17 de dezembro, que irá ser protagonizado pela Sociedade Artística Banda de Vale de Cambra, além de várias atividades desportivas das quais o vereador do pelouro se debruçaria com mais pormenor, deixando a referência que considera importante, que se prende com a campanha de Natal para a promoção do Comércio Local, fator predominante nas diversas atividades.-----

O vereador André Silva informou que na passada sexta-feira, o Município, além de ser distinguido como Autarquia Solidária conforme referido pela vereadora Mónica Seixas, foi também distinguido com o galardão de Município Amigo do Desporto, o que acontece pelo 6.º ano consecutivo. Sobre a programação de Natal, informou que estão programadas atividades desportivas direcionadas para toda a população, nas Piscinas Municipais, destacando a corrida de Natal e as Férias Ativas, programa exclusivamente



desportivo de ocupação de jovens e crianças que ocorrerá entre os dias 19 e 22 de dezembro. Informou ainda que no domingo terminaria o evento “Sete freguesias sete caminhadas” na freguesia de Rôge, deixando por isso, o agradecimento aos colaboradores da DCDT, pela entrega e profissionalismo nesta atividade realizada ao longo do ano, bem como aos Presidentes das Juntas de Freguesia, pelo apoio dado na organização do evento que se revelou um sucesso, tendo atingido o limite de inscrições em todas as freguesias.

O **vereador Frederico Martins** questionou o Sr. Presidente sobre se deu entrada na Câmara Municipal, do procedimento para a desagregação das Freguesias (Codal, Vila Chã e Vila Cova de Perrinho) e em caso afirmativo, qual o ponto da situação, dado que o assunto ainda não foi agendado em reunião da Câmara Municipal. -----

Perguntou ainda se já foi emitido o parecer sobre a mobilidade intercarreiras, conforme intervenção proferida por si, na reunião de 02/11/2022, no âmbito da publicação no Diário da República -Aviso 20784/22, do qual, na altura, pediu esclarecimento. -----

Relativamente às obras municipais, pretende saber o ponto da situação e relação à EB1 de Vila Chã, dado que na semana passada todos os dias se deslocou ao local, não tendo verificado qualquer atividade visível do exterior, facto que o preocupou. -----

Outra obra que o continua a preocupar é a obra do Centro de Artes e Espetáculos, onde verificou a retirada dos meios aéreos, talvez por já não serem necessários, querendo saber o ponto da situação geral, bem como relativamente ao procedimento das penalidades, aprovado em reunião de Câmara, se já existe ou não a aplicação das mesmas ao empreiteiro. -----

Sobre as acessibilidades, perguntou se já existe um estudo desenvolvido ou em fase de negociação relativamente ao eixo que liga a Estrada Nacional 328 à Senhora da Saúde, bem como para o troço que liga a Zona Industrial Lordelo/Codal à A32. -----

O **vereador Tiago Fernandes** voltou a referir-se ao seu pedido de informações de 18/10/2021, acrescentando que estando em período Natalício, o Sr. Presidente poderia

2022.11.29

tratar do assunto com dignidade e oferecer-lhe as informações que foi solicitando ao longo do ano, porque muitas delas já lhe fizeram falta. -----

Sobre os eventos nos quais procurou estar presente, frisou que também corrobora o elogio deixado aos colaboradores da DCDT, pelo projeto das “Sete freguesias sete caminhadas”. -----

Sobre o projeto de boas práticas em Alicante no âmbito do EMER disse que seria bom o uso desse material por quem tem funções diárias e permanentes no Município, apelando à sua implementação através do orçamento que hoje iria ser apreciado, de forma a posicionar o município, nesse âmbito, como um território mais empreendedor porque o empreendedorismo em Vale de Cambra é muitas vezes elogiado inclusive em sede de Assembleia Municipal, considerando que este funciona fundamentalmente pela iniciativa privada que faz o seu caminho sozinha, sendo cada vez mais importante que o decisor público, no caso, a autarquia de Vale de Cambra, estimule o empreendedorismo, dando-lhe as condições necessárias para o seu desenvolvimento, porque todos queremos que a juventude do nosso concelho não vá para fora do concelho o que já aconteceu face aos dados dos Censos 2021. Conclui dizendo que se perderam 7% da população e o índice de envelhecimento é significativo, daí imperar uma estratégia, onde o documento que vai ser analisado na Ordem do Dia (o Orçamento) é essencial, disse. -----

Disse que foi contactado pelo Sindicato Agrícola dos Regantes de Santa Cruz, sobre danos nos canos do regadio por ação do empreiteiro de uma obra de alargamento da rede de águas e saneamento e que a situação continua por resolver querendo saber o ponto da situação, porque a água é um bem essencial e não pode haver problemas na sua gestão.-

O vereador José Alexandre Pinho informou que por questões de segurança, foi interrompido o trânsito na Av. Infante D. Henrique devido a um abatimento da via, tendo sido iniciada de imediato, a reparação, prevendo-se que seja concluída em dois dias.-----

Informou que o município foi premiado com o selo de Qualidade da ERSAR relativamente à qualidade da água para consumo humano em 2021, galardão que obteve pela primeira



vez e cujo mérito é partilhado com toda a equipa que zela pela distribuição e qualidade da água.; -----

Sobre a mobilidade intercarreiras, informou que foi alterada a prestação de serviços de consultadoria na área de recursos humanos que teve início nesta semana e, ainda não deu tempo para que a pessoa em causa desse o respetivo parecer; -----

Sobre a questão a questão apresentada pelo Sindicato Agrícola dos Regantes de Santa Cruz, disse já ter transmitido a questão à DOME que está, com o empreiteiro, a solucionar o problema, dado que a obra ainda está dentro do período de garantia. -----

O **Sr. Presidente** respondendo ao vereador Frederico Martins, disse que ainda não recebeu qualquer ofício sobre a desagregação da União das Freguesias. -----

Sobre as obras da EB 2,3 de Vila Chã, disse também ter feito algumas visitas à obra e na altura estavam lá alguns trabalhadores, contudo, dadas as condições climatéricas, não seria indicado que alguns trabalhos fossem feitos com a atual intensidade de chuva, como o próprio vereador Frederico Martins, sendo da área, entenderá. -----

Sobre o Centro de Artes e Espetáculos disse que foi retirada a grua que já não era necessária, tendo-se iniciado nesse local, os trabalhos em falta. Mais disse que a obra continua a andar a um ritmo lento estando a Câmara Municipal constantemente a insistir com o empreiteiro para que execute mais trabalho e conclua a obra. -----

Sobre a ligação da EN 328 à Sr.ª da Saúde, informou que o estudo está a decorrer, faltando neste momento alguns pareceres, nomeadamente o do IP, porque esta sugeriu alterações, estando, neste momento, novamente em apreciação por essa entidade. -----

Quanto ao projeto da ligação da Zona Industrial de Lordelo/Codal, informou que há um estudo prévio, estando o projeto a ser feito através da AMTSM, por uma empresa que se dizia ter competência técnica, mas que veio a declarar falência. Contudo, foi apresentado à IP, o projeto que existia, tendo, da mesma forma, sido apresentado o projeto para a ligação da Zona Industrial do Rossio a Carregosa, para que estes dois projetos possam ser integrados no Plano Rodoviário Nacional o mais breve possível e, eventualmente, caso

haja uma fase de apresentação de candidaturas, exista a possibilidade dessas obras serem financiadas, considerando a importância que tem a ZI do Rossio e a dificuldade de mobilidade a quem lá se dirige via Carregosa, dado o estrangulamento da via que em certas zonas não permite que se cruzem viaturas de grande porte. -----

Quanto às considerações do vereador Tiago Fernandes, referiu estar plenamente de acordo que o empreendedorismo e a formação são de grande importância, fazendo todo o sentido fazer algo sobre esta matéria, dado que o tecido empresarial de Vale de Cambra precisa de pessoas qualificadas, havendo para já, um Centro de Formação no concelho que tem dado essa resposta, sabendo-se que ter-se-ão de encontrar soluções e mais formação. Referiu ainda que se conseguiu homologar cinco cursos técnico-profissionais superiores, mas, não obstante a abertura das matrículas, não houve muita procura por parte de alunos e, apesar do incentivo, nada se pode fazer para que os jovens se matriculem nestas formações que foram criadas para ajudar o tecido empresarial de Vale de Cambra. -----

Pedindo a palavra, o vereador Tiago Fernandes referiu que o prémio obtido pela qualidade da água em 2021 foi muito bom, mas seria bom que todas as pessoas em Vale de Cambra bebessem água de qualidade e, como seria bom que todas as pessoas chegassem a casa e tivessem água canalizada e de qualidade e não água de uma extração encaminhada para um depósito, eventualmente misturada com outros resíduos derivados da contaminação dos solos. -----

Questionou ainda a situação da recolha de resíduos sólidos urbanos, questão que já tem largos meses e para a qual ainda não foi dado conhecimento sobre como está a ser feito o acompanhamento, achando fundamental haver uma resposta. -----

Por último, falou na abertura dos cursos tecnológicos, na eventual adesão aos mesmos, na qual se tem de refletir, pois que nem sempre a adesão é aquilo que se prevê, havendo bons exemplos de formação em território nacional, para não falar no de Alicante, acrescentando que quem está no município há cerca de dez anos já devia estar numa



segunda ou terceira fase de implementação de uma solução, por este ser um indicador muito importante, diretamente relacionado com a fixação dos jovens em Vale de Cambra, que, ao não encontrar a formação pretendida, se fixam nos concelhos limítrofes, aí se fixando posteriormente. -----

Frisou novamente que o seu pedido de informação de 18/10/2021, continua sem resposta. -----

Não havendo mais intervenções o Sr. Presidente deu por findo o Período de Antes da Ordem do Dia. -----

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

1. TOPONÍMIA – FREGUESIA DE RÔGE:

--- Presidente da Câmara Municipal--- Processo Medidata n.º22924/22 - DPAGU ---

Informação técnica de 16/11/2022, prestada por Catarina Pinheiro: -----

Na sequência de ofício da Junta de Freguesia remetendo a proposta de alteração de limite de lugar e alteração de extensão de topónimo, venho por este meio solicitar aprovação em reunião de Câmara do seguinte: -----

Alteração de extensão de rua (anexa planta de localização – Planta 1): -----

- Rua Alto das Penas – lugar Sandiães – aprovado anteriormente em Reunião de Câmara de 30/04/2007, sendo agora aprovado a sua alteração de extensão em Reunião de Junta de Freguesia de 29/09/2022 e Assembleia de Freguesia de 30/09/2022. -----

Alteração nos limites do lugar de Sandiães (anexa planta de localização – Planta 2): -----

- Alteração nos limites de lugar de Sandiães - aprovado anteriormente em Reunião de Câmara de 30/04/2007 e alterado o seu limite entre Sandiães e Fuste em Reunião de Câmara de 22/08/2017 e Assembleia Municipal de 04/09/2017, sendo agora aprovado a sua alteração em Reunião de Junta de Freguesia de 29/09/2022 e Assembleia de Freguesia de 30/09/2022. -----

2022.11.29

Mais informo que, a alteração nos limites do Lugar de Sandiães carece de aprovação em Assembleia Municipal. -----

Anexo a esta informação todo o processo enviado pela junta de freguesia e plantas de localização. -----

Proposta de decisão prestada por Armando Francisco Adriano Ribeiro, em 16/11/2022: ---

“Exmo. Senhor Presidente, enviamos para aprovação em reunião da C.M. a proposta de alteração de limite de lugar e alteração de extensão de topónimo, nos termos da informação técnica.”-----

A Câmara Municipal, com os votos contra dos vereadores Tiago Fernandes e Frederico Martins, deliberou, por maioria, aprovar a alteração da extensão da Rua Alto das Penas, lugar de Sandiães, submetendo à Assembleia Municipal, a proposta de alteração dos limites do lugar de Sandiães, de acordo com as plantas de localização apresentadas, nos exatos termos da informação técnica e em conformidade com o aprovado pelas Junta e Assembleia de Freguesia de Rôge. -----

Declaração de voto do vereador Tiago Fernandes: “Voto contra atendendo às dúvidas que já mencionei relativas ao processo de designação de dirigentes intermédios em regime de substituição e pelo facto da informação técnica vir assinada um/a colaborador/a do município, a desempenhar a função de chefe de divisão, em regime de substituição, ao abrigo de um despacho cujo teor é contraditório à Lei, o despacho 2/P/2022. -----

Atendendo ao Parecer n.º INF_DSAJAL_LIR_1599/2020, emitido pela CCDR-N, a 07-02-2020, e já entregue a todos os Vereadores, mas agora, também, ao Parecer da ANAM, de 19 de setembro, solicitado pela Assembleia Municipal de Vale de Cambra, e que diz “somos de parecer que não se encontram preenchidos os requisitos para nomear em regime de substituição 8 dirigentes na medida em que essas nomeações foram efectuadas na decorrência da aprovação do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais,



donde que aqueles cargos nunca estiveram providos” não podem existir dúvidas quanto à ausência de enquadramento dos despachos 2/P/2022 e 11/P/2022 pelo que não posso votar nenhum destes pontos favoravelmente". -----

Declaração de voto do vereador Frederico Martins: “Voto contra, atendendo ao teor do parecer da CCDRN anexo à ata da Reunião da CM de Vale de Cambra de 17/05/2022, acrescido pelo facto de ter solicitado opinião jurídica externa, sobre “parecer ou informação” prestada pelo gabinete jurídico “Medina e Associados RL” no âmbito do despacho 2/P/2022, de nomeação, onde a conclusão recolhida foi divergente da indicada no teor do mesmo, acrescido pelo parecer da ANAM, recebido a 17/10/2022, pelas 23:03h, Registo do ofício 85/22, não obstante o já referido por si durante a discussão do assunto.

Declaração de voto do Sr. Presidente e vereadores do CDS/PP: “Votamos favoravelmente porque o despacho referido, para a nomeação dos chefes em regime de substituição, foi suportado pelo Parecer Jurídico da Sociedade de Advogados Medina e Associados, RL, que tem exatamente o mesmo valor que os outros pareceres, tanto da CCDR como ANAM e porque cumprem o que está na legislação, bem como o Parecer emitido pela CCDR Centro.-----

Mais se afirma que, independentemente das dúvidas que possam existir, a informação prestada pelo técnico não é o ato administrativo em si, mas sim uma informação técnica para a qual o ato administrativo remete em termos de fundamentação. Sendo, como tal, um mero documento técnico de instrução de procedimento tendente à prática do ato administrativo. O ato administrativo é a deliberação da Câmara Municipal. Se assim não fosse, não necessitávamos de estar a deliberar sobre este assunto." -----

2. ORÇAMENTO, PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL 2023-2027 E GRANDES OPÇÕES

DO PLANO:

----António Alberto Gomes ---- Processo Medidata n.º 24018/22 - DFP -----

O Sr. Presidente referiu que o orçamento reflete o investimento no município, aposta na educação, no social, no desenvolvimento do território com obras dispersas pelo

2022.11.29

concelho, aposta na cultura, fator importante no desenvolvimento das comunidades, procurando sempre a distribuição do investimento pelo vasto território do município, tendo em conta no futuro, o turismo e a valorização do interior e as aldeias, além dos serviços básicos de água e saneamento, o que constitui um esforço imenso nessa área na qual se tem trabalhado para encontrar soluções para que a rede seja cada vez mais abrangente em termos territoriais. -----

Frisou o facto de ser difícil atualmente encontrar empreiteiros disponíveis para a execução de obras e que os orçamentos devem refletir essa dificuldade; chamou a atenção para um aspeto que também se vai refletir muito na vida das pessoas, que é o custo da energia, cujos preços dispararam entre outros, como é o caso do gás e que por essa razão teria de haver um grande equilíbrio na gestão, porque é fácil prometer, é fácil querer que se faça, mas a realidade diz-nos exatamente o contrário, que deve ser usada prudência e ter atenção aos sinais exteriores. Mais disse que existem duas áreas que vão pesar, além das redes de águas e saneamento e os sistemas intermunicipais, outra será com os transportes. Com entrada em vigor do Acordo, os municípios começarão a pagar os transportes conforme o PART - Programa de Apoio à Redução Tarifária cujos custos associados estão ligados proporcionalmente à procura. -----

Concluiu a sua intervenção, dizendo que o presente orçamento é um orçamento equilibrado, de continuidade e exequível, apesar de ser transversal a todos os municípios, a dificuldade de execução, porque o mercado não responde às solicitações dos mesmos.

O Sr. Presidente deu a palavra ao vereador do pelouro, António Alberto Gomes, que proferiu a intervenção que se transcreve: “Apresentamos hoje o Orçamento Municipal para 2023, o Plano Orçamental Plurianual 2023-2027 e as Grandes Opções do Plano. Há que reconhecer que, ao longo dos anos mais recentes, estes terão sido os documentos previsionais de mais difícil elaboração. -----

Se com os efeitos da pandemia provocada pela Covid-19 o orçamento do no de 2022 já foi complexo, a esses efeitos que perduram, juntaram-se os do conflito na Ucrânia, a



[Handwritten signature]

escassez das matérias primas, os preços galopantes da energia e as subidas ímpares em bens essenciais. -----

Obviamente que a baixa execução orçamental é reflexo disso mesmo, e se o saldo de gerência orçamental vinha a aumentar nos últimos anos, com este acréscimo de fatores, o mesmo vai manter-se em valores elevados, o que condiciona a inclusão de novos investimentos. -----

Há que não esquecer a transferência de competências que tem vindo a ser operada, e que, por exemplo na área da educação, já se está a entrar em velocidade de cruzeiro. Tal está a obrigar a um aumento exponencial de despesa, não permitindo também por esse facto a alocação de verbas a despesas de capital, como todos gostaríamos. -----

Ainda assim, é nossa intenção que parte do saldo de gestão orçamental 2022 venha a ser utilizado aquando da sua incorporação em orçamento 2023, estimando-se que tal aconteça em fevereiro, em ações de investimento, sempre procurando mais e melhor para as nossas empresas e para os nossos munícipes, desenvolvendo e potencializando as mais valias do Vale Mágico.” -----

O Sr. Presidente deu a palavra aos vereadores: -----

O vereador Frederico Martins referiu-se ao contexto geopolítico que não só nos agrava no custo energético, tal como, no fornecimento de bens e serviços além da inflação que acaba por se manifestar, por mais resistência que os mercados tenham. Afirmou que os dias que se vivem hoje não são os mesmos dias do passado face a estas condicionantes do mercado e que atualmente existiam eixos no que toca ao desenvolvimento e limites que devem ser respeitados. Contudo, atendendo e em observância ao orçamento que foi assumido anteriormente (2021), ele, tal como o PSD de Vale de Cambra entendem que existem taxas de execução baixas, fruto, em parte destes fatores que no seu ponto de vista poderão ser mais eficientes e, questiona nesta situação, qual foi a taxa de execução que a Câmara teve no orçamento passado. Mais disse, que no entendimento do PSD, os eixos do desenvolvimento no setor primário, secundário e terciário têm que ser

aprofundados e aquilo que neste momento o orçamento apresenta, centra-se mais na parte social, mais na parte do ambiente, sendo o ponto mais crítico, a parte das infraestruturas, sido isso reduzido no atual orçamento, devendo ter-se uma especial atenção na parte de saneamento e abastecimento de água nas zonas mais afastadas do centro urbano do nosso concelho e na parte da proteção civil e saúde; tal como nas linhas orientadoras, os pressupostos do orçamento e das Grandes Opções do Plano, deviam refletir uma orientação mais ambiciosa, atendendo a prática dos mandatos anteriores foi voltada para as empresas e famílias. Verifica-se que o atual orçamento foi desenvolvido para as famílias e a sociedade em si e deixaram as empresas de lado, e entende que existem aqui limites que deviam ser mais ambiciosos/ tangíveis, perguntando qual foi a taxa de execução do orçamento passado. -----

Intervindo a pedido do Sr. Presidente da Câmara, o Dr. Rui Valente esclareceu que a taxa de execução ficou nos 92%, estimando-se que a deste ano será de cerca de 90%.

O Sr. Presidente disse querer deixar apenas dois comentários, um sobre a proteção Civil. A Câmara Municipal tem procurado, dentro daquilo que são as suas competências e dentro daquilo que tem sido possível executar, estar atenta a essa matéria e não é por mero acaso que foram constituídas duas equipas de sapadores florestais e pela primeira vez em Vale de Cambra, duas Equipas de Intervenção Permanente; conseguiu-se para Vale de Cambra uma Helipista de combate aos fogos florestais, que não havia; a Helipista de Algeriz foi certificada pela ANAC, o que decorre da legislação e, pela primeira vez, foi criada uma equipa ESBA – Equipa de Serviço de Brigada de Aeródromo que está a funcionar, tendo-se procurado, em articulação com a autoridade Nacional, ter um Plano de Proteção da Floresta para que aqui e acolá se faça a devida vigilância, mais próxima, mais assertiva, procurando-se encontrar soluções em cada momento, olhando à perigosidade que é decretada em cada período do ano, tudo isto articulado com as entidades públicas que superintendem esta matéria, nomeadamente com a EIPS, GNR, Polícia Judiciária, com a sua brigada de prevenção e de investigação dos incêndios



(Handwritten signature)

florestais, além dos Bombeiros dos quais tem havido uma procura com resposta rápida no momento da ocorrência. Tudo isto depende daquilo que são as contingências naturais e por outro lado aquilo que são as ações humanas que muitas vezes levam a que existam fogos florestais. Deu nota de que houve duas detenções em Vale de Cambra, não sei se isso esteve associado à redução dos fogos florestais, coincidência ou não, isso aconteceu. Ao nível da Proteção Civil, o trabalho tem sido bem feito. -----

Um segundo comentário prende-se com a saúde. A Câmara Municipal não tem responsabilidade direta sobre a saúde e quando surgem problemas, procuram estar atentos mais no interior do concelho, especialmente nas freguesias de Arões e Junqueira, que nestes últimos tempos tem ficado de forma intermitente, sem médico e a CM tem-se empenhado e conseguido encontrar soluções de resposta por pressão das entidades que superintendem na matéria, mas deixa um alerta para o que se passa a nível nacional, nas urgências, como se vê nas notícias, em relação aos cuidados de saúde primários que têm sido tão negligenciados a nível nacional e continuará a afirmar que a saúde funcionará bem e terá bons resultados quando tiverem uns bons cuidados de saúde primários, que olhem verdadeiramente para as pessoas, que as atendam como pessoas, que lhes deem a melhor assistência e com isso se consiga desbloquear os Hospitais centrais que muitas vezes são sobrecarregados com casos que não tem nada a ver com urgência ou emergência hospitalar, ou seja, quando houver bons cuidados de saúde primários, permitindo que os hospitais respondam melhor e com eficácia em situações de urgência e emergência, para as quais os Hospitais servem precisamente porque são unidades de saúde diferenciadas, preparadas com especialidades, mas tem que haver também uma especialização muito forte e próxima da população nos cuidados primários, preocupação que tem transmitido a Secretários de Estado da área e inclusive à própria ARS Norte, tendo feito sempre o que pode, dentro do que são as suas competências. -----

O vereador Tiago Fernandes começou por dizer que temos de falar no contexto do nosso país, da Europa e do Mundo, na taxa da inflação, como é óbvio, taxas de juro e das

2022.11.29

dificuldades que famílias e empresas, inclusive municípios e do enorme desafio que temos pela frente. A segunda nota é sobre a análise que vai fazer, que vai centrar-se numa ideia de prudência, porque longe vão os tempos de orçamentos de dezenas e dezenas de milhões de euros e não é isso que está em causa. -----

Vai tocar num ponto já focado pelo colega vereador, Frederico Martins, no que se refere à execução orçamental da despesa dos anos 18 a 21 a nível das despesas correntes, cuja execução fica na casa dos 67, 57, 61 e 65 e, nas despesas de capital na casa dos 32% ao ano, sendo que em 2019 foi feita a proeza de se chegar aos 42,7%. Há um incremento de receita respeitante à transferência de competências caso contrário poderia ser mais pequeno, mas não é aí que se iria centrar. Chamou a atenção para o que o município precisa para funcionar, que são a existência de três rubricas, despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços e outras despesas correntes que perfazem nada menos do que 12 323 570 euros, isto é, 57,07 % da nossa receita, pelas contas que fez. Sobre o aumento das despesas com pessoal naquilo que era respeitante à transferência de competências, nada tem a dizer, dado que há uma entrada de receita e há uma despesa e inclusive, há um diferencial na despesa, não sendo esse o ponto que quer focar, mas sim o aumento da estrutura e fará a análise daquilo que será um ano de execução da nova orgânica, que está quase a terminar, e áquilo que foram os ganhos de agilidade da estrutura, tendo também em conta um simples requerimento que tem feito há um ano e tal e que não foi respondido.

Quanto ao investimento, 6 milhões e 603mil euros, 30,88%. Se for para andar ao ritmo que se tem andado nos últimos anos, considera o valor até estranho, talvez baixo, mas tendo em conta as taxas de execução, ainda mais baixo será. -----

Uma outra anotação que percebi é que no ano passado o orçamento municipal tinha alguns pontos, um deles prende-se com investimento estratégico, mais precisamente a Estratégia Local de Habitação que no ano que decorre tinha 1 milhão de euros e para 2023, 2 milhões e próximo da sua origem, 384 mil euros. -----



Após comparar valores do orçamento do ano 2022 com os do ano de 2023, parece-lhe que se espera que haja um saldo de gerência para reforçar as diferentes rubricas como as de saneamento e resíduos sólidos urbanos. -----

Nas intervenções, o Sr. Presidente disse que o investimento ia ser um pouco por todo lado; na Zona Industrial de Algeriz, estava previsto 411 mil euros no orçamento em vigor, e para 2023, 1 milhão de euros. Quanto ao Centro Interpretativo da Serra da Freita, havia uma verba de 54 mil 550 euros dos quais 27 mil 700 euros eram do financiamento comunitário e prevê-se agora apenas 35 mil e 600; a Avenida da Srª da Saúde que tinha 40 mil euros inscritos, era considerado um investimento estratégico, uma promessa política e apesar de não andar neste mundo político partidário há muito tempo, já achava 40.000 insuficiente, mas este ano começou com 4000 euros, achando que mais uma vez, este ano, este ano é que vamos lá, o que considera uma coisa fantástica. -----

Não consegue compreender o orçamento, tendo uma pergunta curiosa a qual levantou logo no início deste mandato, que foi sobre sistema de gravação das reuniões e a possibilidade da sua transmissão online. O Sr. Presidente já falou anteriormente que o procedimento estava a ser preparado com valores na casa dos setenta mil euros, e quer saber se neste orçamento isso pode ser garantido com os 10 mil euros inscritos. Tem dúvidas se dará para isso e frisa a proximidade e confiança como palavras chave que quer dirigir ao Sr. Presidente. -----

Há uma rubrica equipamento básico com financiamento comunitário, perguntou do que se tratava o valor de 81 mil euros aí constante. -----

A nível da remodelação da Escola Básica de Vila Chã, pretende perceber a situação em relação ao atual cronograma e também o ponto de situação em relação ao anterior processo, uma vez que não foi encerrado um processo e foi dado início a outro para o mesmo efeito. -----

Para o programa de apoio ao acesso à habitação, agora nomeada estratégia local de habitação, existe um valor muito baixo, assim como para o saneamento. -----

2022.11.29

Sobre a recolha de resíduos sólidos e urbanos, designadamente recolha e tratamento, não entende a situação porque o ónus aumenta, alertando novamente para a promessa feita há um ano. -----

Sobre a Empreitada do Centro de Artes e Espetáculos, que é sempre falada nas reuniões, existem previstos 1 milhão e 300 mil euros e tendo em conta o que foi dito pelo Dr. Artur Ferreira numa reunião da Câmara Municipal, pretende perceber qual é a viabilidade destas questões, querendo saber também se a empresa já apresentou audiência prévia e se já se aplicaram as multas das sanções que foram deliberadas. -----

Sobre a distribuição de verbas na vertente cultural, houve uma concentração de esforços nas Festas do Padroeiro St.º António em 2022, que rondaram os 164 mil euros e em 2023 surgem somente 70 mil, esperando que o Saldo de Gerência compense na distribuição das verbas, sendo essa uma coisa que gostava de perceber. -----

Outra coisa que aprendeu na análise dos presentes mapas, foi a existência de uma coluna que refere o ano que corresponde ao ano em que a rubrica foi criada, e curiosamente existe um Centro BTT, como um projeto giro de certeza absoluta, mas que está no Orçamento desde 2019, considerando ser tempo de o concretizar. -----

Os orçamentos plurianuais são muito giros, tem valores no ano 24 e no ano 25 e pretende saber se os valores são fidedignos e estão atualizados tendo em conta os objetivos do Município. -----

Disse que se torna difícil perceber o que queremos para o nosso município, difícil perceber o que queremos para o nosso concelho, um concelho que perde população, um concelho que está a tornar-se velho, um concelho cuja atividade económica de relevo foge, vai-se embora por falta de alternativas, por falta de agilidade nos processos. Frisou que foi aprovada uma nova orgânica, onde se esperava que tivesse uma unidade de apoio aos investidores para captação de investimento tendo então sido dito que não fazia sentido, apesar de na Assembleia Municipal ter sido referido que fazia sentido. -----



O que foi realmente orçamentado não foi executado, dado que as taxas de execução do Orçamento são baixas, a visão para o território torna-se difícil de perceber, é tudo muito difuso, não vê o que seria importante que era distribuir o investimento por todo o concelho, um esforço em matéria de educação, mais não é, na verdade, do a incorporação da transferência de competências, não vendo um plano educativo municipal concreto, que diga exatamente onde estamos hoje e onde vamos estar nos próximos 3, 5 a 10 anos; na questão social, no orçamento ainda não a conseguiu vislumbrar; não viu publicado decreto-lei sobre o adiamento da transferência de competências na área social e pretende perceber como vão ser agilizados todos esses *timings* .-----

Falando do orçamento que é um documento anual e tem de plasmar uma visão, prudência e tudo o mais, toda a gente sabe que devemos ser prudentes, mas como disse anteriormente vê com preocupação a perda de investimento no concelho e com mais preocupação ainda pelo facto de por vezes ainda se estar a fazer análises, estudos e preparações quando já se devia estar tudo pronto para que tudo possa acontecer. porque aquilo que devemos referenciado, como o acesso da Zona Industrial à rotunda A32 e a resposta que foi dada, nomeadamente, se se está a fazer um estudo e de que maneira é que uma obra e de que maneira isso pode ser inserido no plano rodoviário nacional, não tem dúvidas que nos concelhos limítrofes sofrem algumas dificuldades para apresentar um Plano pronto e seria interessante se o Sr. Presidente da Câmara Municipal já tivesse esse plano pronto e poderia ter aproveitado ali na inauguração do troço de Escariz ao nó da A32, já que esteve com membros do Governo e aproveitava para deixar lá o dossier para finalmente pedir alguma coisa para Vale de Cambra, porque isso sim é que era preciso, de ter um rumo e saber para onde está a ir. -----

Disse que o resto do país não o preocupa ao fazer esta análise, está preocupado só com Vale de Cambra e tem dificuldades em perceber, não obstante o que tem dito ao longo de um ano nas intervenções sucessivas que fez nas reuniões de Câmara, conforme há

registro, não se identifica com a visão apresentada neste conjunto de tabelas que não tem grande conteúdo. -----

Perguntou se a Sociedade de Medina e Associados, se houve alteração da litigância apresentada no ano passado e este ano e em particular algumas sentenças em especial se a da Emprbuild diz respeito à empreitada de Vila Chã, em concreto e quer perceber a situação delas todas e perceber os dossiers todos, o que poderá ser apresentado de seguida e à posteriori numa reunião para o efeito porque isto pode ter impacto na sustentabilidade do orçamento. -----

O Sr. Presidente caracterizou como longa, a explanação feita pelo vereador Tiago Fernandes, dizendo querer deixar apenas duas notas. Referiu que ficou com a sensação que o Sr. vereador vive num mundo diferente daquele em que “nós vivemos” e que provavelmente se vai rir e tecer variadíssimas considerações sobre a sua afirmação. Daí, querer deixar claro que a realidade da gestão é diferente da realidade da oposição e, aquilo que aquele pensa que são facilidades, na prática são tudo dificuldades e pode focar algumas para exemplificar. Por exemplo, sobre a rede de água e saneamento: referiu que o vereador não tinha noção do custo atual de um km de expansão de rede, porque se tivesse, não fazia as afirmações que fez. A Câmara Municipal tem de fazer essa expansão e encontrar meios para fazê-la no interior do concelho. Respondeu ao Sr. vereador para que fique ciente exatamente disso, que 40 milhões de euros não chegavam no orçamento municipal para fazer essa expansão de rede e chegar aos 98% de cobertura do concelho, ou seja, se se considerar as verbas que um orçamento municipal disponibiliza para investimento ao longo de um ano, ter-se-ia de andar 20 ou 25 anos para fazer a expansão da rede. Recorda ao vereador que nos últimos anos fez-se um investimento à volta de 4 milhões na expansão da rede, estando uma das empreitadas com uma taxa de execução baixíssima e com problemas com a empresa que ganhou esse concurso. Para que não fiquem dúvidas, o objetivo da Câmara Municipal é resolver a situação e repor o que os moradores, os habitantes têm direito, que é ter acesso à rede de água e saneamento em



suas casas e tem também o direito a que a empresa reponha os pavimentos conforme previsto, o que está a ser pedido pelas inúmeras notificações, podendo não ser essa, a solução. Atualmente, fazem-se projetos na Câmara Municipal porque não se conseguem fazer obras sem projetos e, essencialmente em caso de haver uma oportunidade de apresentar uma candidatura a eventual financiamento comunitário. Nada está esquecido e, ainda há pouco reuniu com membros do Governo para achar uma solução nessa matéria. Foi uma reunião conjunta das Câmaras Municipais da Área Metropolitana do Porto que estão nas mesmas circunstâncias, nas mesmas condições em que está Vale de Cambra e, em conjunto, tenta-se encontrar uma solução. -----

Sobre a recolha de resíduos sólidos urbanos, disse que os valores são um problema que cada vez mais o preocupa, que os sistemas de tratamento estão a ficar saturados, as propostas de preço nos concursos para a recolha de RSU's, dispararam, havendo um crescimento no que respeita aos encargos financeiros para todos os municípios. Futuramente ter-se-á mais um desafio que são os bio-resíduos, cujos encargos serão mais um valor a somar ao já existente, apesar da redução que se irá verificar nos normais RSU's, por haver uma recolha diferenciada. Conclui, assim, que tudo vai no sentido de asfixiar os Municípios, desde o mais pequeno ao maior, conforme tem apurado nas várias reuniões tidas com a presença de representantes de outras Câmaras Municipais, aumentando também a dificuldade de responder a tudo e a todos, pelo que em sua opinião, deve haver sempre muita ponderação, consciência e prudência, fazendo-se investimentos onde eles são mais urgentes e necessários, porque a decisão nunca vai ser a de abranger tudo e fazer tudo o que se pretende, o que se quer. -----

Face ao futuro que não vai ser fácil, disse que existe a obrigação de olhar para as novas oportunidades, como a Estratégia Local de Habitação que potencialmente tem financiamento, para o Plano de Ação das Comunidades desfavorecidas, que vai permitir um investimento de mais de três milhões de euros, com um financiamento a 100%, que

vai permitir a promoção de alguma modernidade e responder a setores carenciados e necessitados. -----

-Quanto ao projeto da Sr.ª da Saúde, existe a intenção de avançar com o projeto porque não se pode fazer a obra sem o respetivo projeto; -----

-sobre o projeto BTT, neste momento, este ainda é uma ideia que poderá ser concretizada no âmbito multimunicipal e não somente em Vale de Cambra; -----

-quanto à cultura há uma continuidade no desenvolvimento de projetos culturais, tendo este ano sido um ano de grandes investimentos, com a realização de uma das melhores Festas do Padroeiro Stª Antónia e do Município de sempre, tendo a Câmara Municipal intenção de continuar a dar à população estes eventos, como por exemplo, o projeto Holograma, já comentado pela vereadora do pelouro da cultura em articulação com a Casa da Música e as IPSS locais, entre outros participantes. -----

- a nível do desporto é também feito um esforço para envolver a comunidade nas atividades desportivas, como sempre é mencionado também pelo vereador do pelouro, não podendo ser sempre colocado o município como um município onde não se faz nada, onde existe envelhecimento da população, questão difícil de controlar, achando que se existe “um passo de mágica”, deveria ser o vereador a identificá-lo, a colocá-lo em cima da mesa, para solucionar esta questão do envelhecimento da população e da falta de jovens.-----

-sobre o troço de ligação da Zona Industrial Lordelo/Codal à A32, como anteriormente tinha afirmado, disse, o projeto já foi discutido com membros do Governo e encontra-se em análise no IP e, sendo maioritariamente em Oliveira de Azeméis, não basta a Câmara Municipal de Vale de Cambra querer fazer a via, uma vez que existem outras entidades envolvidas, inclusive empresas, como por exemplo, a Ferpinta, com quem têm sido estabelecidos contactos nesse sentido; -----

- o mesmo acontecendo com a ETAR que serve os concelhos limítrofes. -----



Mais disse que o dinheiro público tem de ser gerido de acordo com o que existe, porque também existe uma realidade, a do endividamento, e deve ser feito um trabalho de distribuição o mais correta possível tendo em conta o interior e o seu desenvolvimento reduzindo as assimetrias. Mencionou um problema estrutural existente há longos anos que nunca foi resolvido em nenhum dos mandatos anteriores que é o problema da ponte da Batalha e claro que se quer resolver, mas não é possível para a Câmara Municipal, porque não depende exclusivamente da Câmara, tendo de ser envolvidas entidades governamentais, apesar de gostar que a situação fosse resolvida, mas até hoje nenhum dos anteriores Governos conseguiu resolver a situação. Contudo, não esqueceu e tem insistido, porque, como diz o ditado, “água mole em pedra dura, tanto bate até que fura”. Continua a afirmar que Vale de Cambra tem muita coisa feita, muitas oportunidades aproveitadas, mas teremos de continuar este processo dinâmico que não se esgota neste mandato, nem no seguinte, será sempre uma construção de um concelho. -----

O vereador Tiago Fernandes, pediu a palavra, e disse repudiar a afirmação do Sr. Presidente, de que não tem noções de gestão e de que vive num mundo utópico e à parte, porque em nenhum momento nada disse que pudesse transmitir essa informação, facto que acontece a cada vez que propõe ou dá contributos, recusando liminarmente a mesma. -----

Sobre o referido como “passo de mágica para resolver os problemas”, disse que há meses que pede uma reunião com o Sr. Presidente e quando foi recebido para uma “reunião”, esta foi sobre o tema “Pedido de informações que fez em 18/10/2021” e, esteve presente a Dr.ª Isabel Mariano no papel de “mediadora”, que foi para o que serviu toda aquela conversa, concluindo que hoje ainda era o dia em que existiam problemas para resolver. Disse que assim, se tornava difícil contribuir com o que quer que fosse para o concelho.

Acrescentou que tem uma noção muito clara dos problemas de água e saneamento e dos custos envolvidos entre outros custos. A exemplo concreto, referiu a questão do Parque de Estacionamento Subterrâneo que ainda hoje se paga; a adjudicação de uma

2022.11.29

empreitada relativa a saneamento em que o empreiteiro andou com uma máquina um ou dois dias para abrir uma vala e de seguida abandonou a empreitada; a Escola de Vila Chã que foi adjudicada num segundo processo de concurso sem que o primeiro estivesse devidamente resolvido, tudo questões que surgem porque os procedimentos concursais não são devidamente elaborados, pois deveriam ter critérios de adjudicação bem diferentes do preço mais baixo para que situações como estas não acontecessem porque a política do preço mais baixo sai sempre bem mais cara, isto para não falar de perder processos judiciais nestas questões que inclusive obrigaram a inserir assuntos em Ordens de Trabalho fora do respetivo dia, para salvaguardar certas situações e isso é que devia preocupar as pessoas. Concorda quando o Sr. Presidente diz que o ato de gestão é difícil, tem perfeita consciência disso e sabe que não tem uma chave mágica para resolver as situações, pois se a tivesse entregava, pois tudo o que quer é que todos os Presidentes de Câmara sejam os melhores Presidentes da História deste concelho e tomara que todos os que lhe sucedam possam usar esse título também, até porque ele próprio o tem dito ao longo de várias reuniões, e os colegas deste executivo não o vão contradizer, pois tem elogiado muitas iniciativas. Contudo o que presentemente se discute é um orçamento em termos macro, como um todo e, pedindo desculpa disse que não consegue encontrar um futuro radiante perante a análise deste documento, nem consegue perceber em concreto as opções sobre o território, como por exemplo na Estratégia Local de Habitação face aos valores afetos no presente ano e previstos para o próximo ano. -----

O **vereador José Alexandre Pinho** pediu a palavra, começando por corroborar a intervenção do Sr. Presidente, dizendo de seguida que iria fazer apenas duas observações sobre os assuntos cujo pelouro lhe pertence. Disse haver sempre a intenção de ter um aumento das verbas nos assuntos que estão sob a sua alçada, tal como os restantes vereadores e respetivos pelouros, mas sabe que tem de haver opções com o dinheiro disponível, em prol uma estratégia equilibrada, considerando também a opção que foi tomada de não aumentar os impostos municipais. Estes orçamentos equilibrados



contribuíram para que esta seja uma Câmara de contas certas, que paga a horas, tendo orgulho de fazer parte de um município que é um bom pagador, o que permite trabalhar com alguma segurança. -----

Quis ainda deixar algumas notas no que diz respeito água, saneamento e resíduos, dizendo que em reunião com os Municípios da Área Metropolitana do Porto, em relação aos resíduos, foram feitas algumas observações relativamente ao aumento generalizado dos custos que se têm verificado, as quais descreveu. Sobre a rede de água e saneamento, disse que os quarenta milhões de euros referidos pelo Sr. Presidente ficam abaixo do valor necessário, havendo sempre um eventual recurso a fundos comunitários, que se tem aproveitado nos últimos anos, e existem já projetos para o efeito de apresentação em futuras candidaturas, porque se não forem os financiamentos será muito mais demorada a expansão das referidas redes. Informou ainda que os investimentos necessários não são só no alargamento da rede, mas também nos reservatórios, estações elevatórias e inerentes à qualidade da água entre outros, além da eventual substituição de redes que já se encontram obsoletas, dado que já existem há mais de 25 anos. -----

Os documentos acima referidos, constam dos processos respetivos da DAF.-----

A Câmara Municipal com os votos contra dos vereadores Tiago Fernandes e Frederico Martins, deliberou, por maioria, remeter à aprovação da Assembleia Municipal, os documentos que compõem o Orçamento 2023 e Plano Orçamento Plurianual 2023-2027 e as Grandes Opções do Plano, bem como, solicitar a emissão de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais nos termos do previsto no Anexo II das normas de execução do orçamento municipal para 2023. -----

Declaração de voto do vereador Tiago Fernandes: “Se em 2021 votei contra o orçamento para 2022 não vejo, infelizmente, razão nenhuma para 1 ano depois de mudar de posição.-----

2022.11.29

O Orçamento Municipal 2023 é, numa palavra, fraco. Primeiro, este é um orçamento que confirma o que venho a dizer, temos cada vez mais custos fixos e cada vez menos investimento.-----

Depois, apenas 30% do Orçamento Municipal 2023 está canalizado para "investimento". O que nos leva a uma questão, o que é investimento para quem governa o nosso concelho?-----

Ninguém sabe, pois passou 1 ano, e as principais apostas desta Câmara continuam paralisadas. Desde novas zonas industriais que não saem do papel, ao saudoso cinema que teima em não ficar concluído, passando por empreitadas como a da EB1 de Vila Chã, onde o Município anda a brincar aos concursos públicos que podem significar perdas de milhares de euros de indemnizações a empreiteiros.-----

O Orçamento Municipal 2022 chegou aos 28 Milhões de Euros, repito, 28 Milhões de Euros, onde está o impacto gerado por ele? Continuamos todos sem saber.-----

O Orçamento Municipal 2023 vai pelo mesmo caminho razão pela qual não posso associar um voto favorável ao mesmo, tenho mesmo sim, que votar contra.”-----

Declaração de voto do vereador Frederico Martins: “Voto contra, em função do exposto no âmbito da discussão do ponto. -----

3. PRESTAÇÃO DE CONTAS SEMESTRAL (1.º SEMESTRE 2022):

-----**António Alberto Gomes** ---- **Processo Medidata n.º 24020/2022 - DFP** ---- -----

Informação técnica de 18/11/2022, subscrita por Rui Valente:-----

“Relativamente ao relatório da sociedade de revisores de contas Prestação de Contas semestrais - permito-me lembrar que, de acordo com a alínea d) do n.º 2 do art. 77.º da Lei n.º 73/2013, é competência da sociedade de revisores de contas remeter semestralmente aos órgãos executivo e deliberativo da entidade informação sobre a respetiva situação económica e financeira. -----

A prestação de Contas agora apresentada encerra, no essencial, e sem que contenha a extensão e profundidade da informação financeira prestada no final de cada exercício



económico, a posição financeira e o desempenho financeiro do Município à data de 30 de junho de 2022, bem como a execução orçamental e a dívida total à data. -----

Os seguintes documentos compõem as demonstrações financeiras do 1.º semestre de 2022: -----

- Documento nº 1 - Balanço -----
- Documento nº 2 - Demonstração de Resultados -----
- Documento nº 3 - Demonstração dos Fluxos de Caixa -----
- Documento nº 4 - Demonstração das Alterações no Património Líquido -----
- Documento nº 5 - Demonstração Orçamental da Despesa -----
- Documento nº 6 - Demonstração Orçamental da Receita -----
- Documento nº 7 - Demonstração de Execução do Plano Plurianual de Investimentos -----
- Documento nº 8 - Demonstração de Execução do Plano de Atividades Municipal ---
- Documento nº 9 - Empréstimos -----
- Documento nº 10 - Operações de Tesouraria -----
- Documento nº 11 - Endividamento -----

Junta-se ainda minuta de Relatório Síntese de Conclusões da SROC. -----

Assim, e salvo melhor e mais douta opinião, este será um assunto para "mera" tomada de conhecimento pela Câmara Municipal e Assembleia Municipal, sem prejuízo da sua ulterior publicação no site institucional. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento da informação sobre a posição financeira e o desempenho financeiro do Município à data de 30 de junho de 2022, bem como a execução orçamental e a dívida total à data, conforme os Documentos da Prestação de Contas do 1º semestre de 2022. -----

Mais deliberou, por unanimidade, remeter o assunto à Assembleia Municipal, para conhecimento. -----

4. MAPA DE PESSOAL 2023:

-----José Alexandre Pinho ----- Processo Medidata n.º23861/22 - DAJRH -----

2022.11.29

Informação técnica de 24/11/2022, subscrita por Regina Quintal:-----

“O Mapa de Pessoal para 2023 é o instrumento de gestão, de elaboração anual, que contém a indicação do número de postos de trabalho de que o Município de Vale de Cambra carece para o desenvolvimento das suas atividades (permanentes ou temporárias) durante o ano de 2023. -----

Assim, informo V. Ex.ª que: -----

O artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (LTFP), na redação em vigor, determina que o Mapa de Pessoal é aprovado pela entidade competente para a aprovação da proposta de Orçamento, contendo a totalidade dos postos de trabalho necessários para o desenvolvimento das atividades de natureza permanente ou temporária, durante a sua execução; -----

A alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, determina que o Mapa de Pessoal dos municípios é aprovado, mantido ou alterado pela Assembleia Municipal; -----

Tendo por base o levantamento de necessidades da Estrutura Orgânica deste Município, o Mapa de Pessoal para 2023, prevê os seguintes postos de trabalho: -----

A criar: -----

Divisão de Obras Particulares -----

- 1 Fiscal Municipal -----

No total temos: -----

| Cargo/Categoria | 2022 (lugares Ocupados) | 2022 (lugares vagos) | 2022 (lugares a criar) |
|---|-------------------------------|----------------------------|------------------------------|
| Dirigente Intermédio 2.º Grau | 1 | 8 | 0 |
| Dirigente Intermédio 3.º Grau (inclui 1 Coordenador Municipal Proteção Civil) | 1 | 2 | 1 |
| Técnico Superior | 55 | 10 | 0 |
| Técnico de Informática | 3 | 0 | 0 |
| Fiscal | 3 | 0 | 1 |



| | | | |
|-------------------------|------------|--------------|----------|
| Coordenador Técnico | 6 | 0 | 0 |
| Assistente Técnico | 50 | 14 | 0 |
| Encarregado Operacional | 7 | 0 | 0 |
| Encarregado Operacional | 7 | 0 | 0 |
| Assistente Operacional | 180 | 33 | 0 |
| TOTAL | 306 | 68 a) | 1 |

a) Os 68 postos de trabalho vagos no ano de 2022, incluem 6 lugares respeitantes a trabalhadores que se encontram em mobilidade intercategorias e intercarreiras (Carlos Alberto Alves Almeida, Sérgio Miguel Santos Soares, Sara Alexandra Ferreira Silva Tavares, Natércia Conceição Marques Barreto, Maria Cândida Oliveira Correia Santos, Rogério Gomes Francisco). -----

Mais informo que se encontram a decorrer os seguintes procedimentos concursais: -----

Direção Intermédia de 2.º Grau para: -----

- Divisão Administrativa, Jurídica e de Recursos Humanos -----
- Divisão da Ação Social e Educação -----
- Divisão da Cultura, Desporto e Turismo -----
- Divisão de Planeamento, Ordenamento e Gestão Urbana -----
- Divisão de Obras Particulares -----
- Divisão de Obras Municipais e Equipamentos -----
- Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos -----
- Divisão de Gestão Florestal e Veterinária -----

Direção Intermédia de 3.º Grau para: -----

- Unidade de Recursos Humanos -----
- Unidade de Ação Social, Saúde e Idade Maior -----

Gabinete Comunicação e Protocolo -----

- 1 Licenciatura em Multimédia -----
- Divisão Administrativa, Jurídica e de Recursos Humanos -----
- 3 Assistentes Técnicos -----

Divisão Financeira e do Património -----

- 1 Licenciatura Contabilidade/Gestão -----
- 1 Assistente Técnico

Divisão da Ação Social e Educação -----

- 1 Licenciatura em Ciências da Educação -----
- 1 Licenciatura nas áreas das Ciências Sociais e do Comportamento ou Serviços Sociais-----
- 1 Assistente Técnico -----
- 1 Assistente Operacional (Motorista de Pesados de Passageiros) -----
- 1 Mobilidade na categoria entre Órgãos (Assistente Operacional - área da educação) -----
- Constituição de reserva de recrutamento (contrato de trabalho a termo resolutivo)-----
- Assistente Operacional (auxiliar Ação Educativa)

Divisão da Cultura, Desporto e Turismo -----

- 1 Licenciatura em Biologia/Geologia -----
- 1 Assistente Técnico -----
- 2 Assistentes Operacionais (Nadador Salvador) -----
- 1 Assistente Operacional (Arquivo)

Divisão de Planeamento, Ordenamento e Gestão Urbana -----

- 1 Assistente Técnico -----
- 1 Assistente Técnico (Topógrafo) -----
- 1 Licenciatura em Arquitetura -----
- 1 Licenciatura em Planeamento Regional e Urbano -----
- 1 Licenciatura em Arquitetura Paisagista

Divisão de Obras Particulares -----

- 1 Licenciatura em Arquitetura -----

Divisão de Obras Municipais e Equipamentos -----

- 1 Assistente Técnico -----
- 3 Assistentes Operacionais (Cantoneiro) -----
- 2 Assistentes Operacionais (Trolha)

Divisão de Gestão Florestal e Veterinária -----

- 1 Licenciatura em Geografia -----
- 4 Assistentes Operacionais (Sapador Florestal)''



Informação prestada pelo técnico superior, Sérgio Almeida: -----

“Exmª Vereador: Corroboro a informação da Dra Regina Quintal, a qual concretiza as demais orientações superiores. Foi igualmente solicitada a melhor pronúncia do Chefe da DFP, apensa ao presente processo. Sugere-se o envio para a RCM e posterior submissão à AM.” -----

Pronúncia do chefe da DFP, Rui Valente: -----

“Dr. Sérgio Almeida, no orçamento inicial para 2023 estão previstas as verbas que, nesta data, se julgam as necessárias para cobrir as despesas com pessoal, nomeadamente na rubrica 01. Eventuais reforços ou diminuições serão operadas de acordo com a lei, por via de alterações orçamentais permutativas ou modificativas.” -----

O Sr. Presidente deu a palavra aos vereadores: -----

O vereador **Frederico Martins** disse que da análise dos valores previstos no orçamento verificou que, para despesas com pessoal há um percentual de 33,7% que considera manifestamente “pesado” tendo em conta a estrutura orgânica da Câmara Municipal. Com a rubrica da transferência de competências, o aumento advindo da abertura de concursos e com a redução de receita em matéria de política fiscal que a Câmara Municipal tem adotado, pergunta se terá a Câmara Municipal no futuro equidade e estabilidade financeira a aumentar os custos de contratação de pessoal e a diminuir a entrada de receita.-----

O Sr. Presidente respondeu que foi aumentado o número de funcionários em relação ao ano anterior, somente com os cerca de 100 colaboradores que vieram do Ministério da Educação através da transferência de competências, porque os recursos humanos existentes anteriormente eram de cerca de 200, os quais considera insuficientes para o número de exigências a que os Serviços da Câmara Municipal estão sujeitos, designadamente a Divisão Financeira e de Património. As Câmaras Municipais estão sujeitas às situações que decorrem da lei que têm de ser cumpridas, procurando sempre

2022.11.29

nunca se aproveitar de um cêntimo do erário público, sendo esse, obviamente, um princípio básico no desempenho das suas funções, mas que atualmente existia um foco direcionado às Câmaras Municipais que têm de prestar informações quase diárias sobre o aspeto financeiro e não só e, tendo em conta as áreas de intervenção do município, frisou que os funcionários são poucos. -----

Foi ainda dada a palavra ao chefe da Divisão Financeira e Património, Rui Valente, que esclareceu em linhas gerais tudo o que tem de ser realizado e os prazos que têm de ser cumpridos em relação aos inúmeros pedidos de dados, por parte da Administração Central e não só, por uma necessidade de informação ou para controlo e a falta de colaboradores para concluir em tempo muitas dessas tarefas. Deu a exemplo a questão respeitante ao património, que neste momento conta somente com um funcionário para cerca de 30 mil bens imóveis a inventariar que se encontram dispersos pelo concelho, não existindo meios disponíveis para as diversas deslocações.-----

O vereador Frederico Martins pediu novamente a palavra para dizer que entende e louva o trabalho de todos os funcionários, mas tem de referir que tem de ser maximizado o tempo, contabilizando-o, além de ser dados meios a todos os técnicos para que cumpram da melhor forma as suas funções, e no caso do inventário, atendendo à dispersão dos edifícios públicos no concelho, deve ser afeta uma viatura para o efeito, devendo haver por parte da Câmara Municipal, visão e agilidade na contratação de recursos humanos e nesse sentido, alertando para que os meios também não sejam demasiados, apesar de nunca ser contra a contratação em si, desde que ela seja sustentável e acima de tudo enquadrada na atual legislação com a garantia do respetivo equilíbrio financeiro.-----

O vereador Tiago Fernandes referindo-se ao Mapa de Pessoal, disse que em relação ao que foi dito, faz sentido fazer uma análise aprofundada sobre as reais necessidades, a par da questão de ter mais quadros técnicos e ter mais processos e utilizando uma expressão do Dr. Rui Valente, que subscrevo, quando refere que cada vez mais vivemos num tempo



da digitalização, sendo esta, nas autarquias um passo fundamental que contribui também para a questão do Mapa de Pessoal, além de facilitar o papel da liderança de um Presidente da Câmara, por permitir ter dados de forma instantânea, de forma eficiente e eficaz. Se houvesse uma melhor organização digital, o que poderá parecer constituir um custo, vai ter uma contrapartida como facilitador da ação e da estrutura porque o que sai barato por vezes sai caro.-----

O vereador José Alexandre Pinho respondendo ao vereador Frederico Martins, no que diz respeito aos assistentes técnicos e assistentes operacionais, disse que tal como o Sr. Presidente já referiu, existem mais 100 colaboradores desde o ano passado, mas que também existem muitos quadros acima dos 60 anos, que presumivelmente irão para a reforma e eventualmente substituídos, não vendo de que forma é que a Câmara Municipal se esteja a onerar de tal modo que seja insustentável as despesas com recursos humanos, no futuro.-----

Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente colocou o ponto à votação.-----

A Câmara Municipal, com os votos contra dos vereadores Tiago Fernandes e Frederico Martins, deliberou, por maioria, aprovar a proposta do Mapa de Pessoal para o ano de 2023, remetendo-o à aprovação da Assembleia Municipal, para efeitos do disposto na alínea o), do n.º 1, do art.º 25.º, do Anexo I, da Lei 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, nos exatos termos da informação da DAJRH. -----

Declaração de voto do vereador Tiago Fernandes: “Voto contra atendendo às dúvidas que já mencionei relativas ao processo de designação de dirigentes intermédios em regime de substituição e pelo facto da informação técnica vir assinada um/a colaborador/a do município, a desempenhar a função de chefe de divisão, em regime de substituição, ao abrigo de um despacho cujo teor é contraditório à Lei, o despacho 2/P/2022. -----

Atendendo ao Parecer n.º INF_DSAJAL_LIR_1599/2020, emitido pela CCDR-N, a 07-02-2020, e já entregue a todos os Vereadores, mas agora, também, ao Parecer da ANAM, de

2022.11.29

19 de setembro, solicitado pela Assembleia Municipal de Vale de Cambra, e que diz “somos de parecer que não se encontram preenchidos os requisitos para nomear em regime de substituição 8 dirigentes na medida em que essas nomeações foram efectuadas na decorrência da aprovação do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, donde que aqueles cargos nunca estiveram providos” não podem existir dúvidas quanto à ausência de enquadramento dos despachos 2/P/2022 e 11/P/2022 pelo que não posso votar nenhum destes pontos favoravelmente”. -----

Declaração de voto do vereador Frederico Martins: “Voto contra, atendendo ao teor do parecer da CCDRN anexo à ata da Reunião da CM de Vale de Cambra de 17/05/2022, acrescido pelo facto de ter solicitado opinião jurídica externa, sobre “parecer ou informação” prestada pelo gabinete jurídico “Medina e Associados RL” no âmbito do despacho 2/P/2022, de nomeação, onde a conclusão recolhida foi divergente da indicada no teor do mesmo, acrescido pelo parecer da ANAM, recebido a 17/10/2022, pelas 23:03h, Registo do ofício 85/22, não obstante o já referido por si durante a discussão do assunto.

Declaração de voto do Sr. Presidente e vereadores do CDS/PP: “Votamos favoravelmente porque o despacho referido, para a nomeação dos chefes em regime de substituição, foi suportado pelo Parecer Jurídico da Sociedade de Advogados Medina e Associados, RL, que tem exatamente o mesmo valor que os outros pareceres, tanto da CCDR como ANAM e porque cumprem o que está na legislação, bem como o Parecer emitido pela CCDR Centro.-----

Mais se afirma que, independentemente das dúvidas que possam existir, a informação prestada pelo técnico não é o ato administrativo em si, mas sim uma informação técnica para a qual o ato administrativo remete em termos de fundamentação. Sendo, como tal, um mero documento técnico de instrução de procedimento tendente à prática do ato administrativo. O ato administrativo é a deliberação da Câmara Municipal. Se assim não fosse, não necessitávamos de estar a deliberar sobre este assunto.” -----



Tendo-se ausentado por momentos, o Sr. Presidente da Câmara Municipal, assumiu a condução dos trabalhos da reunião, o Sr. Vice-Presidente, António Alberto Almeida de Matos Gomes.-----

5. ATRIBUIÇÃO DE APOIO AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO BÚZIO:

---- **Mónica Seixas** ---- **Processo Medidata n.º 23768/22 - DASE** ----

Informação técnica de 23/11/2022, subscrita por Paula Ferreira:-----

“As Câmaras Municipais possuem competências no domínio da educação, conforme alínea d) do número 2 do artigo 23.º. Nos termos previstos no artigo 14.º do Decreto Regulamentar n.º 12/2000, de 29 de agosto, “Ao Município compete assegurar a construção, manutenção e conservação das instalações dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, bem como o fornecimento do equipamento e material didático e a prestação dos apoios sócio-educativos aos mesmos níveis.”-----

Em cumprimento desta atribuição propõe-se à Câmara Municipal a atribuição de apoio ao Agrupamento do Búzio, destinado aos seguintes fins:-----

-Aquisição de material didático para as atividades educativas e Aquisição de recursos básicos ao funcionamento.-----

-A atribuição de apoio específico (material e/ou terapias) para as crianças com medidas adicionais nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de junho.-----

Considerando as necessidades existentes e as verbas constantes em mapa de fundos disponíveis, propõe-se a atribuição de um apoio no valor de 13.970,00€.

Compete à Câmara Municipal deliberar sobre o apoio a atribuir ao Agrupamento de Escolas:”-----

A vereadora Mónica Seixas esclareceu que esta era uma competência do município, relativa ao equipamento, material didático e apoio socioeducativo ao Pré-Escolar e 1º ciclo, e que assunto foi analisado pela Direção da Escola, juntamente com a DASE, tendo

2022.11.29

em conta as necessidades, nomeadamente as das crianças com necessidade de hipoterapia.-----

O vereador **Tiago Fernandes** quis somente deixar a nota dizendo que é sempre pertinente este tipo de iniciativas.-----

Proposta de cabimento n.º 2428/2022.-----

A Câmara Municipal, com os votos contra dos vereadores **Tiago Fernandes e Frederico Martins**, deliberou, por maioria dos seis membros presentes, aprovar a atribuição do apoio financeiro ao Agrupamento de Escolas do Búzio, no valor de 13.970,00€ (treze mil novecentos e setenta euros), para os efeitos e nos exatos termos da informação da DASE.-----

Declaração de voto do vereador Tiago Fernandes: “Voto contra atendendo às dúvidas que já mencionei relativas ao processo de designação de dirigentes intermédios em regime de substituição e pelo facto da informação técnica vir assinada um/a colaborador/a do município, a desempenhar a função de chefe de divisão, em regime de substituição, ao abrigo de um despacho cujo teor é contraditório à Lei, o despacho 2/P/2022.-----

Atendendo ao Parecer n.º INF_DSAJAL_LIR_1599/2020, emitido pela CCDR-N, a 07-02-2020, e já entregue a todos os Vereadores, mas agora, também, ao Parecer da ANAM, de 19 de setembro, solicitado pela Assembleia Municipal de Vale de Cambra, e que diz “somos de parecer que não se encontram preenchidos os requisitos para nomear em regime de substituição 8 dirigentes na medida em que essas nomeações foram efectuadas na decorrência da aprovação do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, donde que aqueles cargos nunca estiveram providos” não podem existir dúvidas quanto à ausência de enquadramento dos despachos 2/P/2022 e 11/P/2022 pelo que não posso votar nenhum destes pontos favoravelmente”.-----

Declaração de voto do vereador Frederico Martins: “Voto contra, atendendo ao teor do parecer da CCDRN anexo à ata da Reunião da CM de Vale de Cambra de 17/05/2022,



acrescido pelo facto de ter solicitado opinião jurídica externa, sobre “parecer ou informação” prestada pelo gabinete jurídico “Medina e Associados RL” no âmbito do despacho 2/P/2022, de nomeação, onde a conclusão recolhida foi divergente da indicada no teor do mesmo, acrescido pelo parecer da ANAM, recebido a 17/10/2022, pelas 23:03h, Registo do ofício 85/22, não obstante o já referido por si durante a discussão do assunto.

Declaração de voto do Sr. Vice-Presidente e vereadores do CDS/PP: “Votamos favoravelmente porque o despacho referido, para a nomeação dos chefes em regime de substituição, foi suportado pelo Parecer Jurídico da Sociedade de Advogados Medina e Associados, RL, que tem exatamente o mesmo valor que os outros pareceres, tanto da CCDR como ANAM e porque cumprem o que está na legislação, bem como o Parecer emitido pela CCDR Centro.-----

Mais se afirma que, independentemente das dúvidas que possam existir, a informação prestada pelo técnico não é o ato administrativo em si, mas sim uma informação técnica para a qual o ato administrativo remete em termos de fundamentação. Sendo, como tal, um mero documento técnico de instrução de procedimento tendente à prática do ato administrativo. O ato administrativo é a deliberação da Câmara Municipal. Se assim não fosse, não necessitávamos de estar a deliberar sobre este assunto.” -----

6. ADITAMENTO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE COLABORAÇÃO

CELEBRADO COM A AMTSM:

---- José Alexandre Pinho ---- Processo Medidata n.º 23892/22 - DASU ---- -----

Informação técnica de 24/11/2022, subscrita por Pedro Valente: -----

O sistema de drenagem de Águas Residuais do Município de Vale de Cambra, das freguesias de São Pedro de Castelões, União de freguesias, Macieira de Cambra, Rôge e Cepelos é encaminhado para o Intercetor do Rio Caima até à ETAR de Ossela, onde é efetuado o tratamento. -----

A Associação de Municípios de Terras de Santa Maria, constituída pelos Município de Vale de Cambra, Arouca, Espinho, Oliveira de Azeméis, São João da Madeira e Santa Maria

da Feira tem por missão estatutária, entre outras, dinamizar e gerir processos de interesse intermunicipal em diversas áreas, entre as quais a gestão de infraestruturas de saneamento básico constituídas pelos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais, sendo da sua atribuição assegurar o normal funcionamento e conservação do emissário interceptor, estações elevatórias e estações de tratamento de águas residuais e gerir todos os processos formais e administrativos associados a tais funções. -----

Tendo em vista regular a partilha de encargos resultantes do Contrato "OPERAÇÃO, REABILITAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DA AMTSM", o Conselho Diretivo deliberou a 25/10/2018, a metodologia de distribuição dos encargos e a sua concretização através de Contratos Interadministrativos de Colaboração (CIC), entre a AMTSM e os Municípios/Beneficiários. -----

Assim, em 24/04/2019 foi celebrado o CIC entre a AMTSM e o Município de Vale de Cambra. -----

Durante a execução do CONTRATO comprovou-se que a sua execução, nos termos previstos nas peças do concurso e na Proposta do Adjudicatário não permitia satisfazer de forma conveniente as necessidades identificadas na decisão de contratar. -----

Deste modo, é apresentado em anexo, o 1.º Aditamento ao Contrato Interadministrativo de Colaboração (CIC). -----

Face ao exposto, proponho a sua aprovação pela Câmara Municipal de Vale de Cambra e Assembleia Municipal.” -----

Informação técnica de 24/11/2022, subscrita por Rui Valente: -----

“Venho por este meio informar que na proposta de Orçamento e GOP para 2023, mais concretamente no plano de atividades, constam os projetos 2004/A/6 e 2004/A/7 relativos exclusivamente à AMTSM, e que totalizam uma dotação de 445.000,00eur prevista para 2023. Sugere-se que após entrada em vigor do novo contrato, com dados efetivos, a AMTSM disponibilize os mesmos para eventuais ajustes orçamentais, via mecanismo de alteração orçamental (permutativa ou modificativa). -----



Frederico Martins

Relativamente aos fundos disponíveis, o mapa aprovado para o período novembro 2022-abril2023 possui um valor de 400.000euros relativos exclusivamente à AMTSM.” -----

O Sr. Vice-Presidente deu a palavra ao vereador do pelouro: -----

O vereador José Alexandre Pinho esclareceu o ponto, fazendo uma resenha histórica em relação ao concurso público que foi lançado pela AMTSM e que deu origem ao contrato interadministrativo de colaboração que foi remetido. Devido a incumprimentos do contrato a Associação de Municípios e o consórcio que ganhou o concurso chegaram a um acordo – ART – para rescisão do mesmo e, entretanto será aberto um novo concurso público porque as Estações de Tratamento de Águas Residuais não podem ficar sem operação. Pretende-se assim, efetuar um aditamento a este contrato administrativo de colaboração, considerando estes novos dados e este processo de rescisão, dada a sua implicação com as tarifas previstas por m3 para a operacionalização das ETAR. Por outro lado foi separada a componente obra dessa tarifa, que será faturada à parte, conforme descrito no documento. -----

Ausentou-se por breves momentos, o vereador Tiago Fernandes, não participando, assim, na votação do ponto. -----

O Sr. Vice-Presidente, que no momento presidia à reunião, colocou o ponto à votação.

A Câmara Municipal, com o voto contra do vereador Frederico Martins, deliberou, por maioria dos cinco membros presentes, aprovar o primeiro aditamento ao Contrato Interadministrativo de Colaboração (CIC) celebrado entre a AMTSM e o Município de Vale de Cambra, em 24/04/2019, nos exatos termos das informações constantes do processo.-----

Com a mesma votação, deliberou propor a sua aprovação pela Assembleia Municipal. -

Declaração de voto do vereador Frederico Martins: “Voto contra, atendendo ao teor do parecer da CCDRN anexo à ata da Reunião da CM de Vale de Cambra de 17/05/2022, acrescido pelo facto de ter solicitado opinião jurídica externa, sobre “parecer ou informação” prestada pelo gabinete jurídico “Medina e Associados RL” no âmbito do

2022.11.29

despacho 2/P/2022, de nomeação, onde a conclusão recolhida foi divergente da indicada no teor do mesmo, acrescido pelo parecer da ANAM, recebido a 17/10/2022, pelas 23:03h, Registo do ofício 85/22, não obstante o já referido por si durante a discussão do assunto.

Declaração de voto do Sr. Vice-Presidente e vereadores do CDS/PP: “Votamos favoravelmente porque o despacho referido, para a nomeação dos chefes em regime de substituição, foi suportado pelo Parecer Jurídico da Sociedade de Advogados Medina e Associados, RL, que tem exatamente o mesmo valor que os outros pareceres, tanto da CCDR como ANAM e porque cumprem o que está na legislação, bem como o Parecer emitido pela CCDR Centro. -----

Mais se afirma que, independentemente das dúvidas que possam existir, a informação prestada pelo técnico não é o ato administrativo em si, mas sim uma informação técnica para a qual o ato administrativo remete em termos de fundamentação. Sendo, como tal, um mero documento técnico de instrução de procedimento tendente à prática do ato administrativo. O ato administrativo é a deliberação da Câmara Municipal. Se assim não fosse, não necessitávamos de estar a deliberar sobre este assunto.”-----

Regressou à reunião o vereador Tiago Fernandes. -----

7. REGULAMENTO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE APOIO ÀS PESSOAS IDOSAS E ADULTAS DEPENDENTES DE VALE DE CAMBRA:

---- **Mónica Seixas** ---- **Processo Medidata n.º 8924/22 - DASE** ---- -----

Informação técnica de 24/11/2022, subscrita por Paula Ferreira: -----

“Dando cumprimento ao previsto no artigo 101º do CPA foi cumprido o período de consulta pública do Regulamento da Comissão Municipal de Apoio às Pessoas Idosas e Adultas Dependentes de Vale de Cambra. Da consulta não foram recolhidas propostas. --
Contudo, considerando o papel desenvolvido em parceria com a Estrutura de Atendimento a Vitimas de Violência Doméstica e Violência de Género, é pertinente a integração da Casa dos Choupos, Cooperativa Multissetorial de Solidariedade



Social/EAVVDVG nesta Comissão. Acrescentando-se por isso a alínea n) nos seguintes termos: -----

n) Casa dos Choupos, Cooperativa Multissetorial de Solidariedade Social/EAVVDVG .----

Após aprovação pela Câmara Municipal deve este Regulamento ser aprovado pela Assembleia Municipal nos termos previstos na alínea g) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da lei 75/2013 de 12 de setembro. “ -----

O Sr. Vice-Presidente deu a palavra à vereadora do pelouro: -----

A vereadora **Mónica Seixas** disse que já esteve presente na Câmara Municipal, o presente regulamento e que a Divisão de Ação Social e Educação fez a proposta que se prende com a integração da Casa dos Choupos na respetiva Comissão.-----

O vereador **Tiago Fernandes** referiu que a alínea c) do ponto 2 do artigo 6.º do próprio Regulamento prevê que podem fazer parte da Comissão, outras entidades, como parceiros nesta Comissão, tendo a vereadora Mónica Seixas dito que realmente essa alínea foi criada para que se pudesse usar no tipo de alteração. -----

Durante a discussão do ponto, regressou à reunião o Sr. Presidente da Câmara Municipal, reassumindo a condução dos trabalhos da reunião.-----

Intervindo o Sr. Presidente também concordou com a sugestão dada e colocou o ponto à votação, de acordo com o regulamento apresentado.-----

A Câmara Municipal, com os votos contra dos vereadores **Tiago Fernandes e Frederico Martins, deliberou por maioria**, manter o texto do projeto do regulamento e remeter à Assembleia Municipal, a proposta do Regulamento da Comissão Municipal de Apoio às Pessoas Idosas e Adultas Dependentes de Vale de Cambra, conforme o disposto no artigo 33º, nº 1, alínea k) do RJAL, para aprovação nos termos do disposto no artigo 25º, alínea g), do nº 1, do mesmo diploma legal. -----

Declaração de voto do vereador Tiago Fernandes: “Voto contra atendendo às dúvidas que já mencionei relativas ao processo de designação de dirigentes intermédios em regime de substituição e pelo facto da informação técnica vir assinada um/a

2022.11.29

colaborador/a do município, a desempenhar a função de chefe de divisão, em regime de substituição, ao abrigo de um despacho cujo teor é contraditório à Lei, o despacho 2/P/2022. -----

Atendendo ao Parecer n.º INF_DSAJAL_LIR_1599/2020, emitido pela CCDR-N, a 07-02-2020, e já entregue a todos os Vereadores, mas agora, também, ao Parecer da ANAM, de 19 de setembro, solicitado pela Assembleia Municipal de Vale de Cambra, e que diz “somos de parecer que não se encontram preenchidos os requisitos para nomear em regime de substituição 8 dirigentes na medida em que essas nomeações foram efectuadas na decorrência da aprovação do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, donde que aqueles cargos nunca estiveram providos” não podem existir dúvidas quanto à ausência de enquadramento dos despachos 2/P/2022 e 11/P/2022 pelo que não posso votar nenhum destes pontos favoravelmente”. -----

Declaração de voto do vereador Frederico Martins: “Voto contra, atendendo ao teor do parecer da CCDRN anexo à ata da Reunião da CM de Vale de Cambra de 17/05/2022, acrescido pelo facto de ter solicitado opinião jurídica externa, sobre “parecer ou informação” prestada pelo gabinete jurídico “Medina e Associados RL” no âmbito do despacho 2/P/2022, de nomeação, onde a conclusão recolhida foi divergente da indicada no teor do mesmo, acrescido pelo parecer da ANAM, recebido a 17/10/2022, pelas 23:03h, Registo do officio 85/22, não obstante o já referido por si durante a discussão do assunto.

Declaração de voto do Sr. Vice-Presidente e vereadores do CDS/PP: “Votamos favoravelmente porque o despacho referido, para a nomeação dos chefes em regime de substituição, foi suportado pelo Parecer Jurídico da Sociedade de Advogados Medina e Associados, RL, que tem exatamente o mesmo valor que os outros pareceres, tanto da CCDR como ANAM e porque cumprem o que está na legislação, bem como o Parecer emitido pela CCDR Centro. -----

Mais se afirma que, independentemente das dúvidas que possam existir, a informação prestada pelo técnico não é o ato administrativo em si, mas sim uma informação técnica



para a qual o ato administrativo remete em termos de fundamentação. Sendo, como tal, um mero documento técnico de instrução de procedimento tendente à prática do ato administrativo. O ato administrativo é a deliberação da Câmara Municipal. Se assim não fosse, não necessitávamos de estar a deliberar sobre este assunto." -----

8. PROCESSOS DE OBRAS PARTICULARES: LISTAGEM dos despachos proferidos pelo vereador do pelouro com competências delegadas e subdelegadas, por despacho do senhor Presidente da Câmara Municipal de 21/10/2021 e **OUTROS PROCESSOS**;-----

Ao abrigo do Decreto-Lei 555/99, na sua redação atual, foram deferidos os seguintes processos:-----

| PROC. N.º | TIPO | DESCRIÇÃO | LOCAL DA OBRA | NOME REQUERENTE | DATA DO DESPACHO |
|-----------|--------|------------------------------|--------------------------------|------------------------------------|------------------|
| 33/22 | ONERED | PEDIDO LICENCIAMENTO | AVENIDA DO MILÉNIO - MACINHATA | CARLA MARIA DE PINA TAVARES | 2022/11/25 |
| 33/22 | ONERED | PEDIDO LICENCIAMENTO | AVENIDA DO MILÉNIO - MACINHATA | CARLA MARIA DE PINA TAVARES | 2022/11/21 |
| 17/22 | ONERED | PEDIDO LICENCIAMENTO | RUA SANTO ANTÓNIO Nº55 | CEPELVILAR, LDA | 2022/11/15 |
| 34/22 | ONERED | EDIFÍCIO DESTINADO A GARAGEM | RUA AIDO D'ALEM - SANDIAES | FLORINDA SOARES DE ALMEIDA | 2022/11/21 |
| 72/21 | ONERED | PEDIDO LICENCIAMENTO | TV. DA EIRA VELHA, Nº 7 | FRANCISCO TAVARES DE SOUSA | 2022/11/21 |
| 55/22 | ONERED | LEGALIZAÇÃO DE MURO | RUA DE SÃO JOÃO Nº148 | JORGE MANUEL DA SILVA CRUZ | 2022/11/18 |
| 31/18 | ONERED | PEDIDO DE LICENCIAMENTO | GRANJA | JUROAR - IMOBILIARIA, LDA. | 2022/11/17 |
| 9/22 | ONERED | PEDIDO DE LICENCIAMENTO | REGADAS | LIDL & COMPANHIA LOJAS ALIMENTARES | 2022/11/16 |
| 8/22 | ONERED | PEDIDO LICENCIAMENTO | RUA DO MIRADOURO DE PAREDES | MANUEL GOMES DE ALMEIDA | 2022/11/15 |
| 99/22 | ONERED | HABITAÇÃO UNIFAMILIAR | AV. VALE DO CAIMA Nº998 | MARIA CONCEIÇÃO R. T. PINHO MELO | 2022/11/21 |
| 39/22 | ONERED | PEDIDO LICENCIAMENTO | RUA DO CASCALHO | RUI PEDRO DIAS DE ALMEIDA | 2022/11/15 |

A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

9. INFORMAÇÕES: O Senhor Presidente da Câmara, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, prestou as seguintes informações:-----

2022.11.29

- Listagem de pagamentos efetuados no período de 15 a 28/11/2022, no valor líquido total 999.134,72 € (novecentos e noventa e nove mil e cento e trinta e quatro euros e setenta e dois cêntimos).-----

- Ofício n.º 6588/2022 do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, cujo assunto é “Instalação no Palácio da Justiça de Vale de Cambra o Tribunal de Trabalho e o Juízo de Execução”.-----

A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

(Em harmonia com o disposto no n.º 2, do artigo 49.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)-----

Foram recebidas três inscrições cujas intervenções constarão da ata da reunião:-----

- Albano Oliveira Braga;-----

- Norberto Tavares Reis;-----

- José Augusto Vieira de Almeida. -----

O Sr. Presidente deu a palavra ao primeiro inscrito, Sr. Albano de Oliveira Braga:

Colocou questões relativamente a dois assuntos, um relativo à Rua do Paúl em Codal e outro sobre uma intervenção num terreno junto à Rua da Cumieira, n. 314 e junto ao Jardim de Infância de Codal, relacionado com o corte de árvores em zona florestal e urbana. -----

A primeira, sobre a Rua do Paúl, centrou-se num possível alargamento da Rua e construção de muro e das diversas visitas dos técnicos ao local e do que se diziam no local os seus habitantes, quando as obras que estavam a ser feitas e foram interrompidas no seu decurso. Disse pretender que fique expresso que os proprietários não se recusaram a ceder terreno porque a Câmara Municipal o comprou fazendo o muro de suporte, tendo sido suspensos os trabalhos por ordem do respetivo chefe de divisão e não



por outro qualquer motivo, o que o Sr. Presidente pode confirmar, porque teve conhecimento de toda a situação que se passou.-----

Ausentou-se por breves minutos, o Sr. Presidente da Câmara Municipal, para atender uma chamada urgente, assumindo a presidência da reunião, o Sr. Vice-Presidente, António Alberto Gomes.-----

A intervenção do Sr. Albano Braga teve continuidade, tendo este passado a apresentar a segunda questão:-----

- referiu-se à intervenção num terreno junto à Rua da Cumieira, n.º 314 e junto ao Jardim de Infância de Codal, que presenciou com a existência de muitas máquinas de grande porte para escavação que ficaram estacionadas junto a sua casa, das quais tirou fotografias tanto destas como dos caminhos e dos terrenos envolventes onde haviam árvores, que, conforme registou por foto em vários dias seguidos, foram arrancadas pela raiz, tanto na zona florestal como em área urbana do terreno. Sabe da existência de um pedido feito à Câmara Municipal para a intervenção, achando que não foi respeitado o previsto inicialmente, tendo sido retiradas mais árvores e feito movimento de terras. Perguntou assim, qual seria a atuação da Câmara Municipal em relação a esta situação que o preocupa, por considerar o ato, um atentado ambiental.-----

Dada a palavra ao vereador José Alexandre Pinho, este informou que o pedido que lhe foi apresentado era respeitante à área florestal, pelo que transmitirá aos serviços respetivos, para que se aplique a legislação sobre o assunto. -----

Mais foi referido pelo vereador António Alberto Gomes, que, quanto à área urbana, o assunto seria também reencaminhado para os Serviços respetivos, para que se aplicasse a legislação sobre o assunto. -----

O Sr. Presidente regressando, assumiu novamente a condução dos trabalhos e, finalizando a resposta dada ao contribuinte Albano Braga, referiu que realmente nunca foi falado entre eles, a questão do alargamento da via e sim a questão da intervenção no muro de suporte para evitar derrocadas, conforme compromisso que tinha assumido.---

2022.11.29

De seguida o Sr. Presidente deu palavra ao Sr. Norberto Tavares Reis:-----

Intervindo, pediu somente resposta ao seu pedido de consulta dos processos 21/2017 e 31/2019, que teve de fazer por escrito e ainda se encontra à espera de resposta. -----

O vereador do pelouro, António Alberto Gomes, consultando o processo digital, informou que os requerimentos para consultar os processos referidos, já tinham sido deferidos, pelo que se podia dirigir aos serviços e fazer a consulta pedida. -----

O Sr. Presidente deu por último a palavra ao Sr. José Augusto Vieira de Almeida, que à semelhança de muitas das suas intervenções em reuniões públicas anteriores, acabaram por ser mais divagações sobre a sua vida profissional, sem qualquer pergunta em concreto.-----

O Sr. Presidente agradeceu a presença do público, passando ao ponto seguinte.-----

APROVAÇÃO, EM MINUTA, DAS DELIBERAÇÕES TOMADAS NA REUNIÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos sete membros presentes, aprovar em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, todas as deliberações tomadas na presente reunião, sendo a ata, nos termos do n.º 2 do referido preceito legal, aprovada no início da próxima reunião ordinária. -----

Nada mais havendo a tratar e sendo 18 horas, o senhor Presidente da Câmara, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, declarou encerrada a reunião, da qual se elaborou a presente ata que, após lida por todos os presentes, é assinada por si e pela secretária, - Maria Adélia Silva Cruz, que a lavrou.-----

